

---

**PNLL**  
Plano Nacional  
do Livro e Leitura

---

**ESTADO E SOCIEDADE  
ATUANDO PELO  
DESENVOLVIMENTO DA  
LEITURA NO BRASIL.**





---

# PNLL

## Plano Nacional do Livro e Leitura

---

**EIXO 1**  
DEMOCRATIZAÇÃO  
DO ACESSO

**EIXO 2**  
FOMENTO À LEITURA E À  
FORMAÇÃO DE MEDIADORES

**EIXO 3**  
VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DA LEITURA E INCREMENTO DE  
SEU VALOR SIMBÓLICO

**EIXO 4**  
DESENVOLVIMENTO DA  
ECONOMIA DO LIVRO

# Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

## Ministério da Cultura

João Luiz Silva Ferreira  
Ministro de Estado da Cultura

Alfredo Manevy  
Secretário Executivo

Silvana Meireles  
Secretária de Articulação Institucional

Muniz Sodré  
Presidente da Fundação Biblioteca Nacional

Fabiano dos Santos  
Diretor de Livro, Leitura e Literatura – SAI/MinC

## Ministério da Educação

Fernando Haddad  
Ministro de Estado da Educação

Henrique Paim  
Secretário Executivo

André Luiz Lázaro  
Secretário de Educação Continuada,  
Alfabetização e Diversidade

Maria do Pilar Lacerda  
Secretária de Ensino Básico

Marcelo Soares  
Diretor de Políticas de Formação, Materiais  
Didáticos e de Tecnologias para Educação  
Básica – SEB/MEC

## Publicação do Caderno do PNLL

Edição Atualizada 2010

Esta edição traz atualizações nas pesquisas da área de educação e leitura e também as contribuições feitas na Pré-conferência Setorial do Livro e Leitura realizada em março de 2010.

Em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou em vigor neste ano de 2010.

## Supervisão Geral

José Castilho Marques Neto

## Coordenação Executiva

Luciana do Vale







## EQUIPE TÉCNICA

### **Redação:**

João Luís Ceccantini  
José Castilho Marques Neto  
Ana Dourado  
Luciana do Vale

### **Revisão:**

João Luís Ceccantini  
Jorge Pereira Filho

### **Fotos:**

Prêmio Vivaleitura  
DLLL / SAI  
Chico Gadelha

### **Diagramação:**

Souto Crescimento de Marca

### **Capa:**

Papel supremo 250g

### **Miolo:**

Papel pólen 80g

### **Impressão:**

Gráfica Bandeirantes

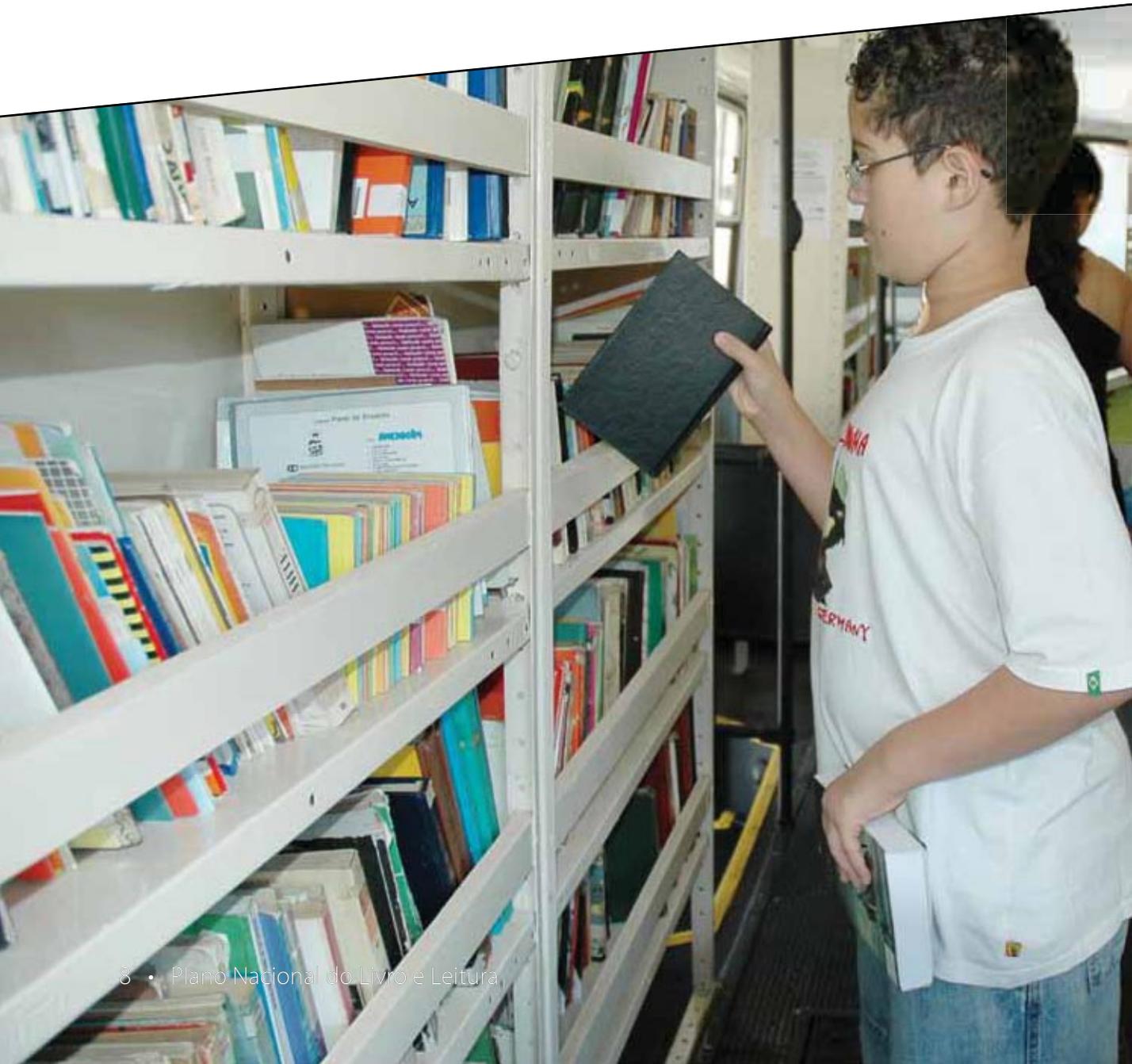
APRESENTAÇÕES

- 8 Palavra do ministro da Cultura
- 12 Palavra do ministro da Educação
- 14 Palavra do secretário executivo do PNLL

CADERNO DO PNLL

- 21 1. Introdução
- 25 2. Justificativa
- 31 3. Princípios norteadores
- 36 4. Objetivos e metas
- 38 5. Eixos de ação
- 43 6. Estrutura para implementação
- 46 7. Financiamento

# PELA TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL EM UM PAÍS DE LEITORES





JUCA FERREIRA

Sabemos que a leitura é fundamental para a plena realização da nossa condição humana e da nossa capacidade de entender o mundo. É também condicionante para a promoção de valores democráticos, porque é base para uma cultura do discernimento e do diálogo, tanto individual como coletivo. Quem lê aumenta seu repertório de atuação sobre o mundo à sua volta. E, naturalmente, uma sociedade leitora amplia suas possibilidades de qualificar as relações humanas e resolver os problemas cada vez mais complexos que a elas se apresentam. É preciso dar conta do texto do mundo e, como dizia Paulo Freire, ante a este mundo enigmático, nós precisamos aprender a dizer a nossa própria palavra.

Neste sentido, a palavra autonomia perpassa todas as ações na promoção da leitura. Um governo preocupado com o empoderamento de seus cidadãos, com a autonomia dos sujeitos individuais e coletivos da nação, investe em livros, em leitura. Isso porque entende que a leitura não só qualifica a relação com as outras áreas da cultura como também qualifica a relação do indivíduo com a saúde, com o mundo do trabalho, com o trânsito e a cidade, com o ambiente natural e social, possibilitando a superação de limitações físicas e simbólicas.

Nosso grande desafio é fazer com que a experiência da leitura, ainda pouco vivenciada no cotidiano, seja um momento de prazer e fruição. No Brasil lê-se, em grande medida, por obrigação.

Considerando-se somente os livros não indicados pela escola, é apenas 1,3 livro por ano (Retratos da Leitura, 2007)<sup>1</sup>, número bem inferior aos índices da Colômbia (2,4) e da França (7)<sup>2</sup>. É preciso, portanto, desenvolver o gosto pela leitura desde a infância. E nós, do Ministério da Cultura (MinC), temos nos empenhado em estimular crianças, jovens, adultos e idosos a participar dessa viagem imaginativa proveniente da leitura. Mas sabemos que essa responsabilidade não é exclusiva do governo ou da comunidade escolar, mas deve ser compartilhada com a família e toda a sociedade civil.

É pensando nesta ação conjunta, que precisa ser estabelecida entre Estado e Sociedade para o desenvolvimento da leitura no

Brasil, que o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) apresenta-se com uma das experiências mais bem-sucedidas de construção coletiva e participação social na área cultural. Ele é fruto de um intenso debate entre a sociedade civil e o Estado, estabelecendo as diretrizes para as políticas do setor. Ele simboliza não apenas a mobilização social em torno do tema, mas a consolidação de uma atualização conceitual, a partir da visão da cultura em três dimensões. Para o MinC, as palavras livro, leitura e literatura referem-se, respectivamente, às três dimensões de nossas políticas culturais – a econômica, a do direito da cidadania e a do valor simbólico. Essas dimensões precisam ser desenvolvidas articuladamente. É, portanto, dever do Estado não apenas propiciar o aprendizado da escrita e da leitura, mas também disponibilizar os instrumentos que faltam para a prática social de uma leitura em sentido mais pleno.

É sobre estes fundamentos que o governo brasileiro tem investido em uma política cultural que se faz com um plano e, também, com um programa – o Mais Cultura.

Quem nasce em uma família de pais leitores, quem é apresentado ao livro por bons professores, quem experimenta o prazer de um livro bem lido, o prazer e o deleite estético de um belo texto, sabe da importância da leitura para a plena realização da nossa humanidade. Sabemos que a família é, de fato, o lugar por excelência para a formação de novos leitores. Depois da família, vem a escola, a necessidade de bons professores, que saibam abrir a porta

<sup>1</sup>Quando se consideram os livros indicados pela escola, o número sobe para 4,7 per capita.

<sup>2</sup>Note-se que a metodologia das pesquisas difere entre os países citados.



para o mundo encantado da leitura e desenvolvam o hábito da leitura entre seus alunos, despertando a curiosidade intelectual desde as mais tenras idades e valorizando o livro como um tesouro. O terceiro ambiente é a biblioteca, um suporte acessível para ampliar o acesso aos livros. Por isso, os princípios norteadores do PNLL levam em conta a necessidade de desenvolver a leitura nas casas e nos núcleos familiares. Além disso, no Conselho do PNLL, o MinC tem chamado a atenção para a necessidade de tornar a escola um espaço para a formação de leitores e não, como ocorre muitas vezes, um espaço de desencantamento. A leitura não pode ser uma obrigação, o livro precisa ser apresentado como algo prazeroso, que enriqueça os que se relacionam com ele. Essa é uma preocupação nossa e do Ministério da Educação (MEC). Precisamos ampliar, levar e garantir o acesso ao livro e à leitura para as crianças das famílias pobres. Por fim, com o Programa Mais Cultura, temos investido tanto na implantação de bibliotecas quanto na qualificação desse importante espaço cultural.

O Ministério da Cultura entende a agenda do Livro, da Leitura e da Literatura como algo estratégico para o desenvolvimento do país e compreende que programas e projetos de incentivo à leitura desenvolvidos pela sociedade civil também compõem sua política pública. Nesse sentido, por meio de editais, são reconhecidos e premiados projetos de pessoas físicas e jurídicas. Uma política intrinsecamente alinhada ao PNLL.

Quatro anos depois de consolidado, o PNLL foi reavaliado pela sociedade civil e governo. Temos, portanto, um plano mais vigoroso, na me-

da que se reflete sobre ele e se fazem proposições para a sua melhoria. Trabalhamos, agora, para que o PNLL seja institucionalizado por lei e garanta as conquistas da sociedade.

Mas não basta apenas transformar o PNLL em lei para que as políticas do setor não dependam somente de vontades governamentais. Queremos o PNLL como política de Estado. Para isto, devemos recriar um órgão para gerir as políticas públicas do livro e leitura do governo federal – o Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura (INLLL). Paralelamente, neste rumo à institucionalização de uma política para o livro e a leitura, incluímos na reforma da Lei Rouanet um fundo setorial, dentre os oito criados no Fundo Nacional de Cultura (FNC). O Fundo Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa terá recursos da União, mas também dos agentes do setor, como previa a lei n.º 10.865/2004, que desonerou a cadeia produtiva do recolhimento das contribuições do PIS/COFINS.

Não podemos pensar em desenvolvimento sem trabalharmos a dimensão estratégica da cultura e o direito ao livro e à leitura como direitos básicos de cidadania e de formação. Podemos dizer com isso que um país se faz com cidadãos leitores capazes de compreender seus problemas, desafios, soluções e alternativas para a construção de uma nação justa, sustentável e democrática. Nesse campo, a cultura e a educação assumem papel estratégico na formulação e execução das políticas públicas fundadas no acesso ao livro e na formação de leitores como ações de cidadania, inclusão social e desenvolvimento.

**Juca Ferreira** é Ministro de Estado da Cultura

# DESAFIOS A VENCER

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é uma iniciativa que agregou esforços dos Ministérios da Educação e da Cultura e de instituições comprometidas com a promoção do livro e da leitura. A organização do PNLL teve por objetivo inicial mapear as ações em curso no país cujo foco eram o livro e a leitura, tanto no âmbito dos governos como da sociedade civil. Os resultados foram extremamente animadores e motivaram os participantes a procurar fortalecer sua institucionalidade por meio da formalização da cooperação entre os ministérios e também pela organização de instâncias de promoção dos objetivos do Plano.

A iniciativa veio atender a expectativas presentes tanto nas políticas públicas quanto nas ações da sociedade civil, incluindo o setor editorial que abraçou o PNLL e lhe deu apoio para avançar. E há avanços: os estados, os municípios e o Distrito Federal foram convidados a formalizar e implementar seus planos estaduais e municipais, sempre dentro da perspectiva de somar esforços e agregar compromissos para a promoção da leitura, a difusão do livro, a formação de mediadores e o incremento da economia do livro. Hoje a realidade do PNLL ultrapassa seu impulso inicial e já se consolida como estratégia adequada para os objetivos propostos.

O PNLL reúne projetos, programas e ações de

ministérios, instituições públicas dedicadas à educação e à cultura, empresas estatais de todos os níveis de governo e ainda, empresas e entidades privadas como as organizações não governamentais (ONGs) que apoiam a educação e, gradativamente, vão aderindo ao plano que se estruturou em quatro eixos:

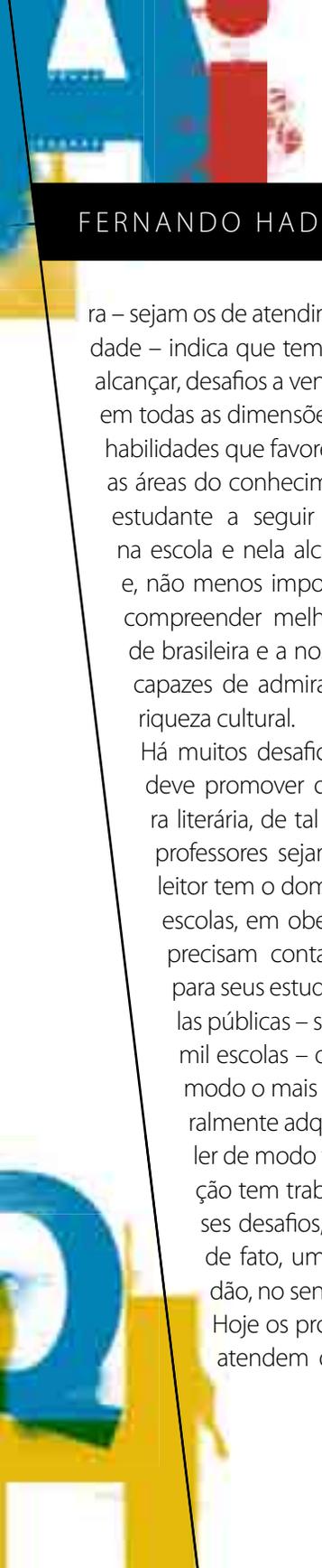
- Democratização do acesso
- Fomento à leitura e à formação de mediadores
- Valorização da leitura e comunicação<sup>3</sup>
- Desenvolvimento da economia do livro

A educação no Brasil vive um momento importante: a ampliação dos investimentos, em todos os níveis e modalidades, veio acompanhada de inovações constitucionais como a escolaridade obrigatória na faixa etária de 4 a 17 anos, o estabelecimento do piso salarial nacional dos professores e a determinação de que

haverá um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado ao atendimento das metas que constarão do novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020. Essas conquistas contaram com amplo apoio do Congresso Nacional e da sociedade brasileira que, a cada dia, manifesta a convicção de que a educação é o fator-chave para o desenvolvimento sustentável do país. A melhoria dos indicadores da educação brasilei-

---

<sup>3</sup>Que passa a ser denominado "Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico" a partir de 2010.



## FERNANDO HADDAD

ra – sejam os de atendimento, de qualidade e de equidade – indica que temos um rumo a seguir, metas a alcançar, desafios a vencer. A leitura tem papel central em todas as dimensões: pela leitura desenvolvem-se habilidades que favorecem o aprendizado em todas as áreas do conhecimento; pela leitura motiva-se o estudante a seguir aprendendo, permanecendo na escola e nela alcançando melhores resultados; e, não menos importante, a leitura nos conduz a compreender melhor a diversidade da sociedade brasileira e a nos tornamos, desse modo, mais capazes de admirar, valorizar e promover nossa riqueza cultural.

Há muitos desafios: a formação de professores deve promover o gosto e o hábito pela leitura literária, de tal maneira que todos os nossos professores sejam leitores habituais. Um bom leitor tem o dom de motivar outros leitores. As escolas, em obediência à determinação legal, precisam contar com bibliotecas e acervos para seus estudantes. Nossos alunos das escolas públicas – são 48 milhões, em mais de 160 mil escolas – devem ter acesso aos livros, de modo o mais livre possível, e precisam naturalmente adquirir na escola a capacidade de ler de modo fluente. O Ministério da Educação tem trabalhado para superar todos esses desafios, garantindo que a escola seja, de fato, um ambiente formador do cidadão, no sentido pleno desta palavra.

Hoje os programas do MEC para os livros atendem desde a pré-escola ao ensino

médio, incluindo a educação de jovens e adultos e programas de acessibilidade. E não são apenas livros didáticos: o Programa Nacional de Biblioteca Escolar vem diversificando seus acervos e atende todos os níveis e modalidades. O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos mais importantes instrumentos de trabalho dos programas de pós-graduação, também tem se ampliado. Além disso, com o desenvolvimento do Portal Domínio Público, importantes obras da tradição literária brasileira e estrangeira estão disponíveis, gratuitamente, na internet.

O desafio de tornar a leitura literária um patrimônio de todos os brasileiros exige ações como as que o MEC vem promovendo e precisa ir além. Este é um dos sentidos do PNLL: agregar todos os esforços disponíveis para superar históricas desigualdades no acesso ao livro e à leitura, formar mediadores, estimular a produção editorial e fortalecer, na sociedade, o valor do livro como instrumento de promoção de uma vida melhor para todos e para cada um.

No momento em que a sociedade brasileira passa por importantes transformações, enfrentando a herança da pobreza, promovendo a inclusão social e econômica de milhões de pessoas, é fundamental que o livro e a leitura também façam parte desta agenda de conquistas e, assim, contribuam para a sustentabilidade cultural de uma nação que se renova.

**Fernando Haddad** é ministro de Estado da Educação.

# PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA: OS PRIMEIROS QUATRO ANOS E O FUTURO

*“.. O que importa não é que os alvos sejam ou não atingíveis concretamente na sua sonhada integridade. O essencial é que nos disponhamos a agir como se pudéssemos alcança-los, porque isso pode impedir ou ao menos atenuar o afloramento do que há de pior em nós e em nossa sociedade.”*

**Antônio Cândido<sup>4</sup>**

O governo brasileiro nos dois mandatos do Presidente Lula retomou a luta pelo livro, a leitura, as bibliotecas e a literatura com a necessária perspectiva e escala de política pública. Esta retomada, comandada pelo Ministério da Cultura e o da Educação, criou em 2006 o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL - que se estabeleceu, após 4 anos de implantação e forte atuação indutora junto aos governos, como uma real possibilidade do nosso país obter uma Política de Estado para o setor.

Há muitos anos o Brasil esperava uma política que pudesse se pleitear duradoura e permanente, mais abrangente e inclusiva do que qualquer outra que já tivesse

JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO



.....  
\*Professor Doutor Antonio Candido de Melo e Souza, em discurso de agradecimento ao título de Intelectual do Ano de 2008, oferecido pela União Brasileira de Escritores.

sido realizada no país, respeitando os avanços e sabedorias acumulados desde as primeiras lutas para que a leitura se tornasse parte do cotidiano dos brasileiros. Uma política que pudesse, finalmente, romper a barreira que considera o letramento uma questão apenas de alfabetização, sem considerar os inúmeros aspectos culturais que acompanham a aquisição do direito à leitura, conciliando a Educação e a Cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores. E que, da mesma maneira que conciliasse Cultura e Educação, pudesse também se apoiar em outro binômio indispensável a esta luta pela leitura: a ação coordenada do Estado com a Sociedade.

Com o PNLL e seu desdobramento nos Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura que já começam a acontecer desde 2009 em muitos cantos do país, o Brasil pode afirmar que está próximo de conquistar uma Política de Estado para a leitura.

O Brasil alcançou com o PNLL um patamar político e conceitual que é imprescindível para se consolidar uma Política de Estado para o setor, isto é, o desejado consenso entre governo e sociedade tanto no diagnóstico do que é preciso fazer quanto nos objetivos a alcançar para se tornar um país de leitores.

A obtenção deste consenso foi o que mais projetou o PNLL para os países ibero-americanos, tornando-o referência para muitos dos planos de leitura que também se desenvolvem nos países irmãos do continente americano e no mundo ibérico. Os entrelaçamentos conceituais e práticos da ação do Estado com a sociedade e a indissociabilidade entre a cultura e a educação na formação de leitores são pontos

referenciais que o PNLL do Brasil possui e foram intensamente debatidos e assimilados como necessidade da política pública de leitura em inúmeros foros internacionais. Nesses 4 anos o plano brasileiro de leitura foi intensamente debatido e assimilado em dezenas de convenções, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente aqueles organizados pelo Cerlalc/UNESCO (Red de Dirigentes de Planes de Lectura) e pela OEI (Comite de expertos en lectura y bibliotecas).

O debate amplo e nacional do que seria preciso fazer iniciou-se em 2005 com a ativa participação da sociedade no Ano Ibero-americano da Leitura, o VIVALEITURA, e não parou mais. Os resultados colhidos nas 24 Assembleias Setoriais de Livro, Leitura e Literatura, que precederam a Conferência Nacional de Cultura em março de 2010, garantem a continuada aprovação do PNLL e seus eixos após 4 anos de implantação, fato relevante em políticas públicas. O engajamento organizado da cadeia do livro e da leitura na antiga Câmara Setorial, agora Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura, garante a saudável permanência do debate sobre os rumos dos programas pró-leitura e a fidelidade aos 4 eixos consensuais do PNLL.

O Plano que o Brasil tem hoje é fruto do esforço de milhares de pessoas que, num ato de apoderamento civil maravilhoso considera-o patrimônio do esforço coletivo que é de cada um e de todos que lutam pela leitura. Por todos os cantos do Brasil por onde passei o PNLL é chamado de "o nosso Plano!". E de fato ele pertence a todos os brasileiros, principalmente daqueles que mantêm a esperança de uma nação livre, com cidadãos conscientes e formados para o bem comum e o gosto pelo belo.

Mas acertos e avanços pontuais não devem obscurecer nosso raciocínio estratégico nem esmorecer o esforço para alcançar os objetivos maiores que poderão ser implementados, realizando as mudanças que desejamos.

Os quatro primeiros anos do PNLL fez com que a esperança de que o governo federal pudesse ir além de programas pontuais de compra de livros, migrando para um patamar superior, o das políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas, se tornasse uma realidade ao menos parcialmente. Em diversos programas governamentais orientados estrategicamente pelos conceitos e objetivos de longo prazo do PNLL, há uma nítida orientação inovadora. Mas a consciência do quanto se avançou principalmente na democratização do acesso à leitura, precisa se somar no próximo quadriênio do governo federal às ações e iniciativas que ampliem e fortaleçam definitivamente o que já se alcançou até agora.

Avançamos mas ainda estamos muito frágeis! A ordem das razões aponta para a consolidação do caminho seguido até aqui e rumo a uma Política de Estado, permanente e durável, suficientemente sólida para ser a diretriz dos programas de leitura dos governos que virão nas futuras gerações. O objetivo maior é alcançar em longo prazo e com ação contínua e estrategicamente coerente, a fruição dos livros em todos os seus suportes técnicos, do prazer da literatura e da democratização do acesso à leitura. Talvez tudo isso possa ser sintetizado no Direito à Leitura, de toda leitura, de toda literatura, sem censuras e peias, num país de homens e mulheres alfabetizados, cidadãos plenos em seus direitos democráticos. Estes objetivos são permanentes,



valores intrínsecos à democracia, aos direitos fundamentais da pessoa, à liberdade.

Se hoje vivenciamos um movimento que encontra nas políticas públicas apoio e parceria contra a reserva da informação, do conhecimento e da reflexão para poucos e a favor da luta pelo tão sonhado direito à leitura para todos, sempre haverá o grande risco de retrocesso se apostarmos na ocultação das discordâncias que ainda persistem e não no debate construtivo e aberto. Há que se superar o conflito acima do razoável entre os interesses do Estado e os dos setores produtivos. Há que se superar desentendimentos paroquiais e mesquinhos que atrasam o avanço do setor para o lugar que merece no escopo cultural do país: a leitura como item imprescindível para o desenvolvimento de todas as manifestações culturais. Se a hora é agora e se concordamos todos em avançar e consolidar os patamares alcançados,

vamos prosseguir no diálogo em patamares ainda mais elevados e ambiciosos, superando atos menores que criam obstáculos e impedem que o livro e a leitura alcancem o patamar de prestígio e influência que deveriam ter no cenário político, social e econômico do Brasil.

Este é o momento de todas as lideranças políticas comprometidas com o setor, das lideranças associativas, culturais e do povo da leitura e da literatura juntarem forças para dar o grito que seja finalmente ouvido pelos que dirigem o país e comandam seus recursos.

Governos mostram que têm uma política efetiva para um setor quando criam marcos de legalidade e instrumentos gerenciais para sustentar investimentos suficientes para que aquele setor se desenvolva na escala necessária ao país. Sociedades civis se afirmam quando demonstram quais são os valores e bens culturais que são mais essenciais ao desenvolvimento do país e da cidadania.

Após os 4 primeiros anos do PNLL há ações referenciais mínimas que clamam pela urgência na sua efetiva implementação, consolidando o caminho percorrido e viabilizando-o como Política de Estado.

Cito as principais:

- Fazer avançar o PNLL viabilizando maiores e continuados investimentos nos seus quatro eixos estratégicos de ação, principalmente no que se refere à democratização do acesso à leitura em seus vários suportes tradicionais e tecnológicos, abrangendo as diversidades e as literaturas de todas as regionalidades brasileiras. Neste processo de democratização da leitura reforçar as bibliotecas públicas e

escolares nas cidades e no campo, como centro irradiador de recursos de informação, conhecimento e fruição estética, com profissionais capacitados para o efetivo exercício da mediação da leitura.

- Para além dos investimentos, garantir a necessária perenidade dos objetivos do PNLL, enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei para sua institucionalização definitiva, tornando-o uma determinação política que emane das autoridades maiores da nação, a Presidência da República e o Congresso Nacional.
- Consolidar os programas gerados pelo esforço de leitura do governo Lula, reforçando os binômios Cultura/Educação e Estado/Sociedade, ampliando radicalmente os investimentos públicos em leitura e, ao mesmo tempo, dando uma solução superior e qualificada à contribuição da iniciativa privada no Fundo Setorial de Livro, Leitura e Literatura, o Fundo Pró-Leitura.
- Para dar a devida capacidade gerencial ao Estado para atuar eficaz e republicaneamente sobre os avanços já conseguidos e dialogar com a enorme diversidade de manifestações literárias, além de enfrentar problemas historicamente persistentes, é preciso avançar na estrutura político-administrativa deste setor dando-lhe a musculatura institucional e política necessária. Objetivamente seria a criação de uma Secretaria Nacional do Livro, Leitura e Literatura ou do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, este último uma autarquia vinculada ao MinC, que agregaria todas as ações que envolvessem políticas públicas de leitura

naquele ministério e pudesse se tornar forte interlocutor perante os outros ministérios, governos estaduais e municipais e com instituições da sociedade nos assuntos que lhe são pertinentes. Amplamente reivindicado pelo setor criativo, produtivo, distributivo e mediador do livro e da leitura, este novo órgão superior recuperaria ferramentas administrativas e recursos eficazes de gestão que dariam conta dos novos patamares alcançados pelo Brasil após a implantação do PNLL. Enfrentaria também os desafios de crescimento de leitores no país, aonde a importância da leitura nas estratégias governamentais faria parte da busca pela plena cidadania dos brasileiros na sociedade da informação e do conhecimento.

Muitas aeronaves decolaram em várias épocas neste país com tripulação disposta e com programas e projetos de incentivo à leitura. Todas elas não resistiram após aterrissarem ao final dos períodos dos seus respectivos governos. Nenhuma delas alcançou o patamar de Política de Estado em seu conjunto. Espero e luto, e a todos convoco, para que no próximo quadriênio de governo comandado pela mulher, mãe, avó e leitora – característica maior dos grandes mediadores de leitura - Presidente Dilma Rousseff, a aeronave do PNLL siga sua rota, sempre para cima, decididamente rumo às estrelas que iluminam, onde estão os poetas e a cidadania plena dos homens livres. É hora de avançar e não permitir retrocessos porque há ainda muito por se fazer e o Brasil não permite mais que o direito à leitura lhe seja negado! Após 4 anos como Secretário Executivo do

PNLL, este é meu depoimento! Estive em todos os cantos do país, conversei e debati com centenas e centenas de pessoas – ministros, governadores, secretários, profissionais de todas as ordens, militantes da leitura e da escrita, leitores, gente do meu país – sempre na certeza de que o PNLL se constrói com crítica honesta e diálogo permanente entre o Estado e a Sociedade.

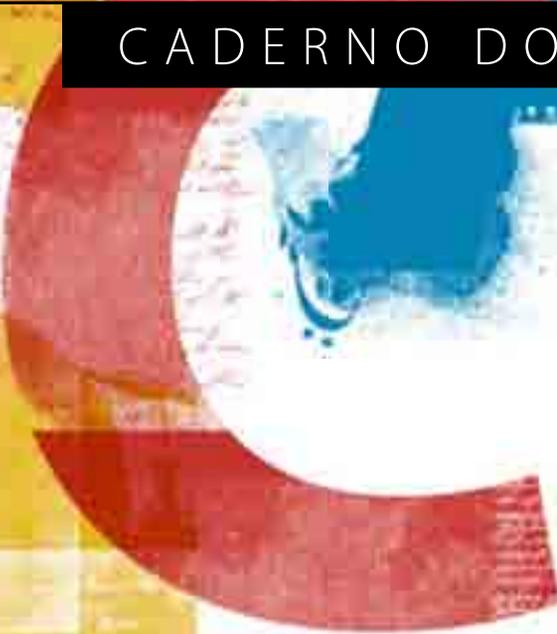
Ao oferecer ao país uma segunda edição do CADERNO DO PNLL, texto que é fruto do consenso mais uma vez logrado e consagrado na 2ª Conferência Nacional de Cultura em março de 2010, o PNLL atualiza suas argumentações em prol de uma política pela leitura, pela literatura e pelas bibliotecas. É importante frisar que este texto reeditado reforça os quatro eixos constitutivos acordados em dezembro de 2006 e que originou o primeiro CADERNO DO PNLL, reforçando ainda mais, aqui pela prova do tempo, a certeza de que o Brasil alcançou um patamar sólido para construir sua Política de Estado neste setor.

Agradeço a todos que participaram intensamente desta construção durante os últimos quatro anos pelo convívio e pela acolhida, pela cumplicidade e pela força buscada em cada olhar, em cada esperança compartilhada. O Brasil está apenas começando a se projetar como um país leitor e ainda precisará do incansável trabalho de muitos para atingir a dignidade que deve aos seus cidadãos.

**José Castilho Marques Neto** é Secretário Executivo do PNLL. Doutor em Filosofia pela USP. É Professor da FCL/UNESP- Araraquara, e Diretor-Presidente da Fundação Editora da UNESP.



CADERNO DO PNLL





# INTRODUÇÃO

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. Pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular os da Cultura e da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, procurando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos, o início do século XIX. Essa Política de Estado se traduz em amplos programas do governo, com coordenações interministeriais devidamente articuladas com

estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor, para alcançar sinergia, objetividade e resultados de fôlego quanto às metas que venham a ser estabelecidas. Quatro eixos principais orientam a organização do Plano:

- Democratização do acesso
- Fomento à leitura e à formação de mediadores
- Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico<sup>5</sup>
- Desenvolvimento da economia do livro.

O Plano como aqui se vê configurado é produto do compromisso do governo federal de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema. Sob a coordenação dos Ministérios da Cultura e da Educação, participaram do debate que conduziu à elaboração deste documento representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral. Entre as diversas iniciativas que contribuíram diretamente para a elaboração deste Plano,

---

<sup>5</sup>Na versão de 2006, denominado "Valorização da leitura e comunicação"

podem ser lembradas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), o fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura (instituída por decreto presidencial em 2005 e da qual decorreu o atual Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura), o Projeto Fome de Livro (iniciativa do MEC/Biblioteca Nacional), o Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor e o Vivaleitura – Ano Ibero-americano da Leitura (2005), imenso programa desenvolvido pelo MinC, MEC, organismos internacionais e entidades da sociedade. Merece especial ênfase a contribuição oferecida pelo Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), que, com a experiência acumulada ao longo de mais de quase duas décadas na realização de projetos de fomento à leitura por todo o país, com a promoção de oficinas, cursos, palestras e eventos artístico-culturais das mais diferentes naturezas, pôde fortalecer subsídios para o debate em questão.

Vale destacar que, entre junho de 2004 e dezembro de 2005, foram realizados “encontros preparatórios” em todas as macrorregiões do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará), a fim de colher sugestões para o Plano, debater o conhecimento acumulado sobre o assunto e integrar novos olhares. Também foram realizadas cinco videoconferências regionais, além de uma com abrangência nacional, reunindo nesse debate todos os estados brasileiros e o Distrito Federal – todas transmitidas ao vivo pela internet, com forte interação nacional e acompanhadas por observadores de diversos

países da região ibero-americana. Houve 97 encontros, na forma de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas-redondas, realizados por todo o país em feiras de livros, festivais de literatura, fóruns, congressos e colóquios, envolvendo não apenas os profissionais da leitura e do livro, mas cidadãos de modo geral (líderes indígenas, comunidades quilombolas, grupos de deficientes visuais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, parlamento, igreja e clubes de serviço, entre outros).

Após três anos de implantação do PNLL e de intenso trabalho, uma vez mais se reuniram o estado e a sociedade em todo o país com o objetivo específico de avaliar o caminho percorrido. Foram realizadas, de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, 24 assembleias estaduais do livro e da leitura reunindo gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e profissionais que atuam nas cadeias produtiva e criativa do livro. Essas instâncias de articulação local exerceram um papel importante nas ações de mobilização, reflexão, e avaliação, vinculadas à atual política nacional do livro e da leitura. Os eixos estratégicos e linhas de ação do PNLL foram intensamente debatidos e as sugestões das assembleias foram levadas à Pré-Conferência Nacional do Livro e da Leitura, que aconteceu em Brasília, em março de 2010. Os resultados desses debates públicos apontaram para uma avaliação bastante positiva do PNLL. Não houve propostas de mudanças nos conceitos, princípios e diretrizes do Plano, mas contribuições que, em sua essência, apontam para um desejo daqueles que trabalham nos estados e municípios em trazer para uma dimensão local as bases em que está consolidada a política nacional.

Entre as contribuições sistematizadas na Pré-Conferência, destacam-se preocupações com implantação, dinamização e manutenção de bibliotecas de acesso público. Na verdade, são sugestões que reforçam princípios já defendidos pelo PNLL, como o da compreensão da biblioteca como um equipamento cultural que reúna elementos de acessibilidade do espaço físico; a ampliação e a qualificação do acervo; a contratação de mediadores de leitura capacitados; a incorporação à biblioteca de diferentes suportes de texto e novas tecnologias.

Outras contribuições relevantes tocam na temática da diversidade – tanto cultural como social. De um lado, muitas propostas focaram a necessidade de garantir maior espaço à produção literária local nos acervos das bibliotecas e nos prêmios e editais referentes à cadeia criativa do livro. Por outro lado, a diversidade de que se fala tem uma relação direta com a ampliação de atividades e equipamentos culturais para pessoas que tradicionalmente tiveram acesso restrito ao livro e à leitura. Nesse sentido, foram fundamentais as contribuições feitas para que o PNLL tornasse ainda mais explícita a importância da criação de políticas públicas para pessoas com deficiência, comunidades ribeirinhas, áreas rurais, comunidades quilombolas e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Embora o PNLL tenha, em sua origem, tratado de todos esses temas, as demandas das assembleias e da Pré-Conferência dirigem-se à reivindicação de posicionamentos mais incisivos que inspirem políticas públicas de inclusão nas áreas do livro e da leitura.

A larga participação de diversos setores da sociedade ligados à questão da leitura e do livro,

além de assegurar o caráter pluralista e democrático do processo desencadeado pela proposição do Plano, procura garantir que se evitem eventuais sombreamentos e sobreposições de ações, assim como a preservação da autonomia e da independência das iniciativas em curso e das futuras, tudo convergindo para a otimização de recursos e esforços que venham conferir maior eficácia às políticas públicas.

É fundamental reconhecer os avanços conseguidos até aqui, sem deixar de investir com vigor na continuidade deste processo. O consenso a que se conduziu esse amplo debate é que, para transformar o tema da leitura e do livro em Política de Estado, é preciso avançar e priorizar alguns pontos:



- Elevar como lei federal o Plano Nacional do Livro e Leitura – que se consubstanciou em 2006 e recebe, nesta versão, uma revisão, atualização e ampliação –, dando-lhe uma situação institucional estável ao mesmo tempo que traduz a Política de Estado para a leitura e o livro, plenamente assumida pelo governo federal;
- O fortalecimento do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura do MinC, fórum permanente do setor entre Estado e Sociedade, como espaço institucional por excelência para o debate e a construção de consenso, sempre que possível, para avaliar e fazer avançar as políticas setoriais, contribuir para amadurecer o processo e legitimar e criar proteções institucionais a essas políticas;
- A fixação de marcos legais, com base na Constituição, que tornem viáveis as políticas, os programas, os projetos e as ações continuadas preconizados pelo Plano, como a Lei da Desoneração Fiscal do Livro (lei federal n.º 11.030, de 21/12/2004, combinada com a lei federal n.º 10.865, de 30/04/2004), bem

como os decretos que instituíram e atribuíram responsabilidades aos ministérios (especialmente da Cultura e da Educação), ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura, ou a Lei do Livro (lei federal n.º 10.753, de 30/10/2003), ou, ainda, a lei n.º 9.610, de 19/02/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências a todo esse conjunto de marcos legais, gerando decretos, portarias e instruções normativas, com desdobramentos no âmbito dos estados e dos municípios;

- A institucionalização de uma nova estrutura de governo, que deve ser consolidada e/ou instituída no âmbito da administração pública federal para a área da leitura e do livro (e, por conseguinte, da biblioteca e da formação de mediadores) e que contemple o novo patamar atingido pela articulação entre o MEC e o MinC no que se refere às questões em pauta. No âmbito do debate até aqui realizado construiu-se a proposta de criação do Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, autarquia vinculada ao MinC que ocuparia o lugar almejado para a operacionalidade e governança da política nacional de livro, leitura e literatura.





## JUSTIFICATIVA

O Brasil chega ao século XXI – momento em que a difusão do audiovisual assume imensas proporções – ainda com enorme déficit no que diz respeito às práticas leitoras dos textos escritos. Nossos índices de alfabetização (stricto e lato sensu) e de consumo de livros são ainda muito baixos, na comparação com parâmetros de países mais ricos e desenvolvidos e mesmo com alguns dos países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia. Como apontaram alguns de nossos mais expressivos pensadores no campo das Ciências Humanas, entre eles Nelson Werneck Sodré, o Brasil passou abruptamente de um estágio de oralidade para a cultura do audiovisual, já desde meados do século XX, quando a indústria cultural se fez onipresente entre nós, sem que houvesse efetiva mediação dos livros e materiais de leitura, uma vez que esta nunca chegou a alcançar largas faixas da população, restringindo-se a pequenos e localizados grupos sociais.

As consequências desse hiato fazem-

-se sentir até hoje, com desdobramentos nefastos que se espraiam não apenas no âmbito do universo da cultura e da educação, mas, naturalmente, de nossa economia, de nossas práticas políticas e de nosso potencial de desenvolvimento. Diversas pesquisas, realizadas nos últimos anos, empenharam-se em apresentar contornos mais nítidos do cenário em que se insere a questão da leitura e do livro no país, permitindo maior consciência das mazelas que afligem o setor e oferecendo dados concretos para que se possa buscar sua superação. É o caso, por exemplo, do Mapa do Alfabetismo no Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC, 2003), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2009, IBGE) do Indicador Nacional do Alfabetismo Funcional – INAF (2001, 2005 e 2009), do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB (2001, 2003 e 2006), do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (2000 e 2006), do Retratos da Leitura no Brasil 2001 (CBL/Snel/Abrelivros) e 2007 (IPL) e do Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipal MinC/FGV (2009).

De acordo com o Mapa do Alfabetismo no Brasil

(Inep, 2003), a evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, diminuiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000, realizando grande avanço nesse campo ao longo do século passado, e alcançando 9,7% na PNAD - 2009. Apesar desse avanço, entretanto, o Brasil ainda possuía, em 2000, cerca de 14 milhões de analfabetos absolutos (pessoas que se declararam incapazes de ler e escrever um bilhete simples) e 29,5 milhões de analfabetos funcionais (pessoas de 15 anos ou mais, com menos de quatro séries de estudos concluídas). Além disso, 42,7% dos analfabetos já tinham frequentado a escola em algum momento de suas vidas<sup>6</sup>. Com outra abordagem sobre o analfabetismo, os dados de uma das mais relevantes pesquisas sobre o assunto, denominada Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), realizada pelo Instituto Paulo Montenegro (Ibope pela Educação), definiu quatro níveis de alfabetismo de acordo com as habilidades em leitura/escrita (letramento) e em matemática (numeramento) demonstradas pelos entrevistados no teste pracionado, aplicado na faixa de 15 a 64 anos e tendo 2 pontos percentuais de margem de erro máxima. O resultado do INAF 2001/2002<sup>7</sup>, resultado combinado do teste em leitura/escrita de 2001 com o teste em matemática 2002, classificou 12% dos entrevistados como analfabetos absolutos; 27% foram classificados no nível rudimentar de alfabetismo, pois conseguem apenas ler títulos ou frases, localizando informações bem explícitas; 34% foram classificados no nível básico de alfabetismo, pois são

aqueles que conseguem ler textos curtos, localizando informações explícitas ou que exijam pequena inferência; e 26% foram classificados no nível pleno de alfabetismo, correspondendo àquelas pessoas capazes de ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes. As pesquisas do INAF de 2003 a 2007 mostram pouca variação da distribuição da população nos quatro níveis. O percentual estimado da população que atingem o nível pleno de habilidade não teve evolução significativa, mantendo-se próximo a um quarto da população estudada. Ou seja, apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros conseguia compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados. Configura-se, assim, um quadro reprodutor de exclusão social, que deixa à margem do efetivo letramento cerca de três quartos da população brasileira. Entretanto, já houve tendência de avanços, pois em 2001/2002 tinha-se uma estimativa de 39% de pessoas classificadas como analfabetas ou com alfabetismo rudimentar, enquanto em 2007 esse mesmo percentual era 34%.

A última edição de 2009 mantém a tendência anterior (de 2001 e 2003), ou seja, a redução para 7% de analfabetismo absoluto, e também do nível rudimentar, com 21%. Quanto ao nível básico, houve aumento para 47%, permanecendo o índice de 25% para o pleno. Ou seja, 72% das pessoas de 15 a 64 anos podiam ser consideradas com pelo menos o nível básico de letramento e numeramento, um acréscimo de

---

<sup>6</sup>Dados disponíveis em [www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1708&id\\_pagina=1](http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708&id_pagina=1)

<sup>7</sup>Dados colhidos no site [www.ipm.org.br](http://www.ipm.org.br) - Acesso em novembro de 2006

6 pontos percentuais em relação à 2007. Entretanto, confirma-se, nesta década, a manutenção dos índices no nível de alfabetização pleno.

Deve-se enfatizar que, de acordo com os especialistas, uma das principais causas do elevado índice de alfabetismo funcional e das dificuldades generalizadas para a compreensão vertical da informação escrita se localiza na crônica falta de contato com a leitura, sobretudo entre as populações mais pobres. Como os investimentos para combater o analfabetismo têm sido crescentes nos últimos anos, isso equivale a dizer que ao mesmo tempo que milhões de brasileiros ingressam a cada ano na categoria de leitores em potencial, outros milhões saem pela porta dos fundos – a do alfabetismo funcional. Assim, um formidável conjunto de esforços, energia e investimentos públicos e privados não se realizam plenamente, não atingindo suas finalidades.

É importante observar que, embora nas sociedades atuais a leitura seja imprescindível para o ingresso no mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, no Brasil as pesquisas e as avaliações educacionais apontam para a precária formação de um público leitor e revelam as imensas dificuldades para o sucesso das ações envolvidas na solução do problema. Se, por um lado, o sistema educacional brasileiro incluiu os estudantes que estavam fora da escola, por outro essa inclusão não foi plena, do ponto de vista qualitativo, porque o desempenho dos alunos, revelado em instrumentos de avaliação como o SAEB ou o PISA, tem sido baixo, demonstrando sérios problemas no domínio da leitura e da escrita e o aprofundamento das desigualdades.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) a partir de 1990, aplica exames, a cada biênio, de proficiência em Matemática e em Língua Portuguesa (leitura) em uma amostra de estudantes de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e de 3ª série do Ensino Médio, nas redes de ensino público e privado, em todas as regiões do país. O SAEB-2007, reiterando índices das verificações anteriores, revela que apenas 27,9% dos alunos da 4ª série conseguem resultados de proficiência acima do nível recomendado. Comparando valores, as conclusões são ainda mais alarmantes: cerca de 25% dos alunos da 8ª série e 13% dos alunos da 3ª série do Ensino Médio ainda não estão no nível adequado para a 4ª série do Ensino Fundamental I. Também o Relatório do PISA-2000 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos - OCDE) reafirma os dados mostrados pelo SAEB. O Brasil apresentou nível em letramento em leitura inferior a todos os países da OCDE. Nessa pesquisa, o conceito de leitura em pauta não se resume à noção muito frequente de mera decodificação e compreensão literal de textos escritos, mas à capacidade de o jovem compreender e utilizar textos de várias naturezas para alcançar seus objetivos, desenvolvendo conhecimentos e participando ativamente da sociedade. Daí porque a expressão letramento foi escolhida para refletir a complexidade das variáveis em jogo, a amplitude de conhecimentos, habilidades e competências em causa,

---

.....  
\*Disponível em [www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01\\_02.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_02.pdf)>. Acesso em: 19/10/2010.

procurando-se verificar a operacionalização de esquemas cognitivos em termos de: conteúdos ou estruturas do conhecimento que os alunos precisam adquirir em cada domínio; processos a serem executados e contextos em que esses conhecimentos e habilidades são aplicados.

Apesar de não ter sido a leitura o foco da avaliação, o PISA-2006<sup>9</sup>, ao medir o letramento em leitura, posiciona o Brasil ao lado de Qatar, Azerbaijão, Tunísia, Indonésia, Argentina, Colômbia, Romênia, Sérvia e Bulgária. Estes estados são identificados com número maior de estudantes no nível 1 ou abaixo dele, que equivale ao conceito de limitados conhecimentos científicos que permitem apenas aplicações em algumas poucas situações familiares, considerando que esses estudantes não são capazes de apresentar explicações científicas a não ser as óbvias e tirar conclusões de evidências que não estejam explicitamente apresentadas.

Em uma avaliação sofisticada como o PISA, destaca-se ainda mais o desempenho insatisfatório dos alunos brasileiros, próximos do final da educação básica, revelando que necessitam desenvolver diversas habilidades para enfrentar os desafios do conhecimento nas complexas sociedades contemporâneas. Uma performance dessa natureza acarreta prejuízos de toda ordem. A baixa competência de leitura não apenas influi no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes como também, e até por isso, contribui decisivamente para ampliar o gigantesco fosso social existente em países como o Brasil,

promovendo mais exclusão e menos cidadania. Outros tópicos significativos sobre a situação da leitura no país são enfatizados na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*,<sup>10</sup> a maior – ainda que insuficiente – investigação já feita no Brasil sobre leitura fora de uma perspectiva prioritariamente “escolar” (com leitores com idade igual ou superior a 14 anos e o mínimo de três anos de escolaridade), realizada em 2001 pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e Associação Brasileira dos Editores de Livros (Abrelivros). Um aspecto capital apontado pela pesquisa é o de que o brasileiro lê em média 1,8 livro por ano<sup>11</sup>, índice muito baixo se comparado a outros países.

O *Retratos-2007* (Instituto Pró Livro) registra, na mesma faixa etária da edição anterior, a média de 3,7 livros por habitantes no Brasil. Com a ampliação da faixa etária pesquisada (a partir de cinco anos), a média passa a ser de 4,7 livros por habitantes no Brasil, aumento que exige observação criteriosa, dado que boa parte dele se deve ao investimento estatal na compra de livros para escolas e demais programas educativos e culturais. Cerca de 30% dos livros de acesso ao público leitor escolarizado (entre 5 e 14 anos) corresponde à categoria “distribuídos pelo governo e/ou escolas”. Em outros termos, subtraindo os livros acessados via escola, os índices não passam de 2 livros por habitante. Comprovação de que a atuação do Estado é, ao menos neste momento, fator imprescindível para se manter a taxa de 4,7 livros por habitante no Brasil, considerando-

<sup>9</sup>Disponível em <[http://www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/aplicacao\\_pisa2006.pdf](http://www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/aplicacao_pisa2006.pdf)>. Acesso em 19/10/2010.

<sup>10</sup>Disponível em: [www.prolivro.org.br/jpl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf](http://www.prolivro.org.br/jpl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf)>. Acesso em 19/10/2010.

<sup>11</sup>Dados disponíveis em: [www.snel.org.br/ui/pesquisaMercado/retratoLeitura.aspx](http://www.snel.org.br/ui/pesquisaMercado/retratoLeitura.aspx) (acesso restrito) e citado em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001834/183454e.pdf>>. Acesso em 19/10/2010.

<sup>12</sup>Disponível em <[http://sic.conaculta.gob.mx/ficha.php?table=centrodoc&table\\_id=144](http://sic.conaculta.gob.mx/ficha.php?table=centrodoc&table_id=144)> Encuesta Nacional de Lectura 2006. Acesso em 30/11/2010

-se ainda que o índice de livros adquiridos pelos leitores é de 1,2 por habitante.

O avanço tímido na escala de posse e acesso ao livro corresponde, inevitavelmente, às taxas de alfabetização e investimento efetivo, cujos desempenhos, ainda que crescentes, não remetem a um salto que permita ao Brasil colocar-se lado a lado com os melhores índices mundiais de leitura. Ainda que se compare com o México, cujo índice é de 2,9 livros por habitante por ano, o cenário como um todo de ambos os países se mostra bastante parecido, com índices superiores entre os jovens, entre os que têm educação universitária ou entre os habitantes com melhores níveis socioeconômicos<sup>12</sup>. O ranking brasileiro continua sendo o mesmo daqueles países cuja vulnerabilidade socioeconômica explica em muitos aspectos a situação revelada pelos dados.

O tortuoso acesso a livros em escolas e bibliotecas somado ao baixo poder aquisitivo da absoluta maioria dos leitores propicia efetivamente alternativas escassas para que se concretize a leitura. É preciso sublinhar que o acesso às bibliotecas é pequeno, não apenas por uma questão cultural que remonta à nossa longa história de iletramento, mas porque a rede de bibliotecas no país é reduzida, seja em termos quantitativos, seja em um plano qualitativo.

Ainda assim, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na *Munic (Pesquisa de Informações Básicas Municipais)*, de 2003, a biblioteca é um dos equipamentos culturais mais importantes do Brasil, presente em cerca de 85% das cidades brasileiras, em suas modali-

dades de bibliotecas públicas municipais, escolares e comunitárias. Em 2006, a *Munic* apontou a porcentagem de 97,8% dos municípios como mantenedores de, pelo menos, uma biblioteca vinculada ao poder público municipal. Um índice alto que, no entanto, não revela a forma de funcionamento nem a dimensão do trabalho realizado nessas comunidades.

Neste sentido, o Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais (MinC/FGV), de 2009, revela que no período da pesquisa 420<sup>13</sup> municípios brasileiros ainda não tinham biblioteca pública e grande parte das existentes possuíam equipamentos precários, acervos ínfimos e/ou muito defasados e recursos humanos despreparados para um processo de mediação eficiente na formação de leitores. Ao final de 2010, já podemos afirmar que a meta de zerar o número de municípios sem biblioteca no país foi atingida. Com disponibilidade para doação de acervos e equipamentos para todos os municípios, e com o intuito de fortalecimento deste importante equipamento, o Ministério da Cultura estabeleceu como condição para a liberação de recursos financeiros aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população.<sup>14</sup>

Não se pode deixar de lembrar, ainda, que, associado à forte concentração do público consumidor de livros segundo critérios geográficos, de classe social e de nível educacional – como apontou a pesquisa –, há um déficit considerável de livrarias no país. De acordo com a Associação Nacional de Livrarias (ANL), *O diagnóstico do setor*

---

<sup>13</sup>Disponível em [www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/](http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/)>. Acesso em 19/10/2010.

<sup>14</sup>Portaria nº 117 do Ministério da Cultura, de 01/12/2010 publicada no DOU de 03/12/2010

livreiro (2009)<sup>15</sup> indica a existência de 2.980 livrarias no Brasil (aumento de 11% em relação a 2006), com média de uma para cada 64.255 habitantes, proporção ainda longe da considerada ideal pela UNESCO, uma para cada 10.000 habitantes<sup>16</sup>. Além disso, a distribuição desses estabelecimentos é extremamente desigual, se considerarmos que mais de 50% das livrarias concentram-se na região Sudeste e cerca de 20% na região Sul. O levantamento de 2009 ainda aponta que as regiões Nordeste e Norte perderam espaço. O Nordeste, que na pesquisa de 2006 aparecia com um percentual de 20%, apresentou índice de 12% no estudo de 2009. A região Norte, que em 2006 obteve um percentual de 5%, caiu para 3% em 2009. O Centro-Oeste não chegou a 10%. Paradoxalmente, deve ser frisado que esse cenário desolador se insere no contexto de um país que é o oitavo produtor de livros do mundo, com um poderoso e atualizado mercado editorial, que conta com mais de 2 mil editoras e movimentamais de 52 mil títulos e 386 milhões de exemplares publicados anualmente<sup>17</sup>.

No entanto, não se pode considerar o livro como objeto cultural isolado, particularmente na sociedade contemporânea, em que as práticas de leitura são concretizadas em um contexto cultural bastante amplo. Em pesquisa realizada em 2004, a UNESCO comprovou que a influên-

cia do entorno cultural é bastante relevante no desenvolvimento do gosto pela leitura. O estudo foi denominado *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*<sup>18</sup> e investigou jovens de 15 a 29 anos. Com o objetivo principal de compreender a multiplicidade de conceitos e comportamentos relacionados à juventude, embora a leitura não se apresente como prioridade de lazer dos jovens, sua percepção torna-se bastante positiva entre os entrevistados à medida que acumulam anos de escolaridade. Identificando os fatores que levam à composição de um ambiente letrado no entorno dos jovens, a pesquisa aponta para a conclusão de que seus interesses estão diretamente relacionados às condições materiais que lhes são oferecidas. E quanto mais acesso aos livros, mais os jovens se mostram abertos a vivenciar uma experiência positiva com a leitura em suas múltiplas plataformas e possibilidades.<sup>19</sup> Daí que, para fortalecer qualquer política ou ação ligada ao livro, é preciso uma valorização da esfera da cultura como um todo, franqueando o acesso a uma variada gama de objetos culturais que hoje estabelecem vínculos estreitos com os livros. Há de se considerar a diversidade cultural e inúmeras instâncias – e não apenas a escola – que influenciam a cultura, tais como a família, a mídia, as instituições voltadas ao lazer, à religião, à política etc.

<sup>15</sup>Disponível em [www.anl.org.br/web/pdf/diagnostico.pdf](http://www.anl.org.br/web/pdf/diagnostico.pdf). Acesso em 19/10/2010.

<sup>16</sup>Disponível em [www.anl.org.br/web/diagnostico.html](http://www.anl.org.br/web/diagnostico.html). Acesso em 19/10/2010.

<sup>17</sup>FIPE, CBL e SNEL. Produção e vendas do setor editorial brasileiro, relatório sobre 2009. São Paulo/Rio de Janeiro, 2010, p.9

<sup>18</sup>ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC); Unesco, Brasília, 2007

<sup>19</sup>DOURADO, Ana Cristina Dubeux; Políticas Públicas e Experiências da Sociedade Civil na Área de Promoção da Leitura e sua contribuição em estratégias de aprendizagem ao longo da vida. I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos



# PRINCÍPIOS NORTEADORES

O conjunto de dados aqui evocado, ainda que constitua apenas um esboço da questão da leitura e do livro no país, oferece elementos suficientes para contextualizar e justificar a proposição de um Plano como este, dada a gravidade da situação apontada e a premência de sua superação. Mas, para que se delineie com mais precisão o contexto em que se insere a Política de Estado aqui defendida, é importante, ainda, explicitar alguns pressupostos básicos sobre os quais se assenta o Plano, uma vez que correspondem a uma tomada de posição conceitual em relação à leitura e ao livro e, particularmente, traduzem o horizonte das muitas contribuições absorvidas pelo Plano no amplo fórum que se instaurou para a discussão do tema:

## UNESCO

- O Plano valoriza particularmente três fatores qualitativos e dois quantitativos identificados pela Unesco como necessários para a existência expressiva de leitores em um país.

Os fatores qualitativos são:

- a) O livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;
- b) Devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de

modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura; e

- c) Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Os fatores quantitativos são:

- d) Deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;
- e) O preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

Além disso, é importante frisar que esse destaque à leitura e ao livro está estreitamente associado à questão geral da competência em informação (information literacy) e do aprendizado ao longo da vida, aspectos que têm merecido especial atenção por parte da Unesco em diretrizes e políticas mundiais para os próximos anos. Sob essa perspectiva, a competência em informação encontra-se no cerne do aprendizado ao longo da vida, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social.

## PRÁTICAS SOCIAIS

- A leitura e a escrita são percebidas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos; assim, a leitura e a escrita são duas faces diferentes, mas inseparáveis, de um mesmo fenômeno.

## CIDADANIA

- A leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania; são direitos de todos, constituindo condição necessária para que cada indivíduo possa exercer seus direitos fundamentais, viver uma vida digna e contribuir na construção de uma sociedade mais justa.

## DIVERSIDADE CULTURAL

- A leitura e a escrita são, na contemporaneidade, instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano e caracterizam-se como fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural; são requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos; apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico. A leitura e o livro são vistos neste plano, não apenas em uma dimensão educacional, mas também, em uma perspectiva cultural, na qual se reconhecem três dimensões trabalhadas pela atual gestão do Ministério da Cultura. A política cultural em

voga no Brasil parte de uma perspectiva sistêmica, que se desdobra em três dimensões, as quais são absorvidas por este plano para o setor de livro e leitura: a cultura como valor simbólico, a cultura como direito de cidadania e a cultura como economia. Não há preponderância de uma dimensão sobre a outra, embora os focos da acessibilidade e do valor simbólico contemplem, mais definidamente, as dimensões educacionais (direito de cidadania) e culturais da leitura. A dimensão econômica deve, assim, estar equilibrada por essas duas outras, gerais e geradoras de bens públicos.

## CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

- A concepção de leitura focalizada pelo Plano é aquela que ultrapassa o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordens social, psicológica, fisiológica, linguística entre outras. Uma perspectiva mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler a mera reprodução do que está no texto, tem sido um dos mais graves obstáculos para o desenvolvimento da leitura e da escrita. A leitura configura um ato criativo de construção de sentidos, realizado pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s).

## O VERBAL E O NÃO VERBAL

- Ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, não se desconsidera a validade de outros códigos e linguagens, as tradições orais e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais.

## TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO

- No contexto atual, é imperativo que a leitura seja tratada no diálogo com as diversas tecnologias de gravação, entre os quais o livro se encontra. Como defende Renato Janine Ribeiro, a maneira adequada de difundir a leitura no Brasil não é a de sua “tradição”, mas aquela que considera que o sujeito contemporâneo só consegue ser interativo com a mídia sendo, ele mesmo, “multimeios”, necessitando da leitura para lê-lo; no mundo de hoje, não apenas a prática leitora deve passar pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, mas o usuário dessas tecnologias deve desenvolver, por intermédio da família, da escola e de uma sociedade leitora, a prática de leitura. Neste sentido, deve-se ter atenção às questões contemporâneas acerca dos direitos autorais, fortemente impactados pelas novas possibilidades tecnológicas e seus avanços em termos de possibilidade de gravação e cópia. O Plano Nacional de Livro e Leitura defende uma perspectiva contemporânea do livro e da leitura e propõe um diálogo fecundo com as novas licenças de copyrights não restritivos, no que esses ajudam a equilibrar os direitos de autor com os direitos de acesso. Além disso, não se pode deixar em um plano secundário a questão da inclusão digital, aspecto ao qual estão profundamente ligados a leitura e o livro, ainda mais em tempos em que o suporte papel começa, aos poucos, a competir com o livro eletrônico, multiplicando-se a possibilidade de difusão da informação em níveis nunca antes imaginados.

## BIBLIOTECA ENQUANTO DÍNAMO CULTURAL

- A biblioteca não é concebida aqui como um

mero depósito de livros, como muitas vezes tem se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.

## LITERATURA

- Entre as muitas possibilidades de textos que podem ser adotados no trabalho com a leitura, a literatura merece atenção especial no contexto do Plano, dada a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor, consideradas suas três funções essenciais, como tão bem as caracterizou Antonio Candido: a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência.

## EJA

- A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser objeto de especial atenção em relação às políticas e ações ligadas à leitura, considerando-se imperativo criar condições favoráveis de letramento e de acesso ao livro para os jovens

e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio, hoje frequentemente denominados neoleitores. Trata-se de pessoas que iniciam sua trajetória como leitores, mas já possuem um nível razoável de experiência adquirida, no trabalho, no cotidiano, na vida afetiva. E o aspecto particularmente relevante é que essa experiência se acumulou antes da alfabetização do sujeito, implicando uma relação diferenciada com os livros e a leitura, na comparação, por exemplo, com as crianças recém-alfabetizadas, mas inexperientes em outros setores da vida.

#### NECESSIDADES ESPECIAIS

- O Plano considera fundamental garantir que as pessoas com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento (impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em Libras e em braile das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas escolas regulares.

#### MEIOS EDUCATIVOS

- O Plano defende a produção de meios educativos (livros, periódicos e demais materiais de leitura utilizados como instrumentos para a educação na escola), tal como vem fazendo o MEC (por meio de implementação de políticas de produção e distribuição de materiais didáticos e literários que atendam às especificidades dos diversos públicos), a fim de assegurar o acesso a bens culturais produzidos em diferentes linguagens e suportes, sobre temas diver-

sificados, gerados em contextos culturais variados, para leitores de diversas modalidades e faixas etárias; não só estudantes, mas também professores, bibliotecários e demais membros da comunidade escolar.

#### ESTADO DA QUESTÃO

- Políticas públicas para as áreas da leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, e experiências sobre as formas mais efetivas de promover a leitura e o livro e de formar leitores, existentes nas esferas municipal, estadual e nacional. Devem ser implementadas tanto pelo poder Público como pelas organizações da sociedade, atentando-se, ainda, para o contexto internacional, em particular o ibero-americano.

#### POLÍTICAS PÚBLICAS

- A leitura e a escrita devem ser consideradas base em processos de formulação e implantação de políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos os seus níveis e modalidades de ensino e de administração, e, junto com o tema das línguas, perpassá-las estruturalmente, tal como proposto no Plano Nacional de Cultura (PNC), elaborado pelo Ministério da Cultura. A consolidação de políticas e programas de fomento à leitura deve ser pensada a curto, médio e longo prazos, com ênfase no caráter permanente. Nesse processo, o fomento e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura articulados com o Plano Nacional se tornam fundamentais.

## INTEGRAÇÃO

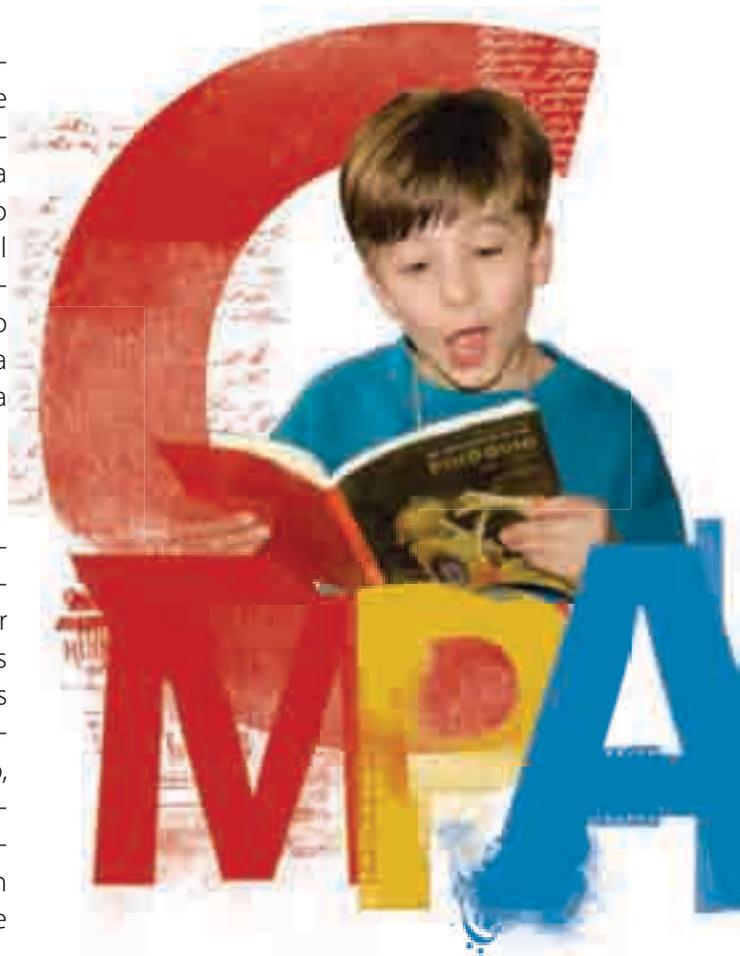
- É pressuposto deste Plano a fundamental integração entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC), demais ministérios e outras agências públicas federais para otimizar os esforços em prol da leitura e do livro no país. O Plano se integra ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como base para o texto do capítulo específico sobre o tema. Da mesma forma, o Plano poderá indicar diretrizes para outros documentos oficiais sobre o tema.

## AUTORES, EDITORAS E LIVRARIAS

- A política para o livro e a leitura deve considerar também as diversas autorias e a criação literária, além das questões de fomento do setor editorial e livreiro, de forma a criar condições para que a produção das obras necessárias aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades, tudo convergindo para a produção de livros em quantidade necessária e a preços compatíveis com a capacidade de consumo da população. Deve manter, no entanto, a perspectiva sistêmica, exposta anteriormente, em que o econômico se equilibra com o direito de cidadania e a dimensão simbólica.

## A LEITURA E O LIVRO

- Este Plano procura contemplar, de forma dialética, um processo de dupla face: tanto aquele moldado pelas questões que envolvem a leitura, quanto o que se configura pelos problemas relativos à cadeia produtiva do livro, buscando evitar polarizações que a tradição tem revelado



inócuas, no que diz respeito aos papéis a serem cumpridos pelo Estado e à dinâmica específica do mercado.

## AValiação CONTÍNUA

- São necessários mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos para verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações e atualizações no processo.



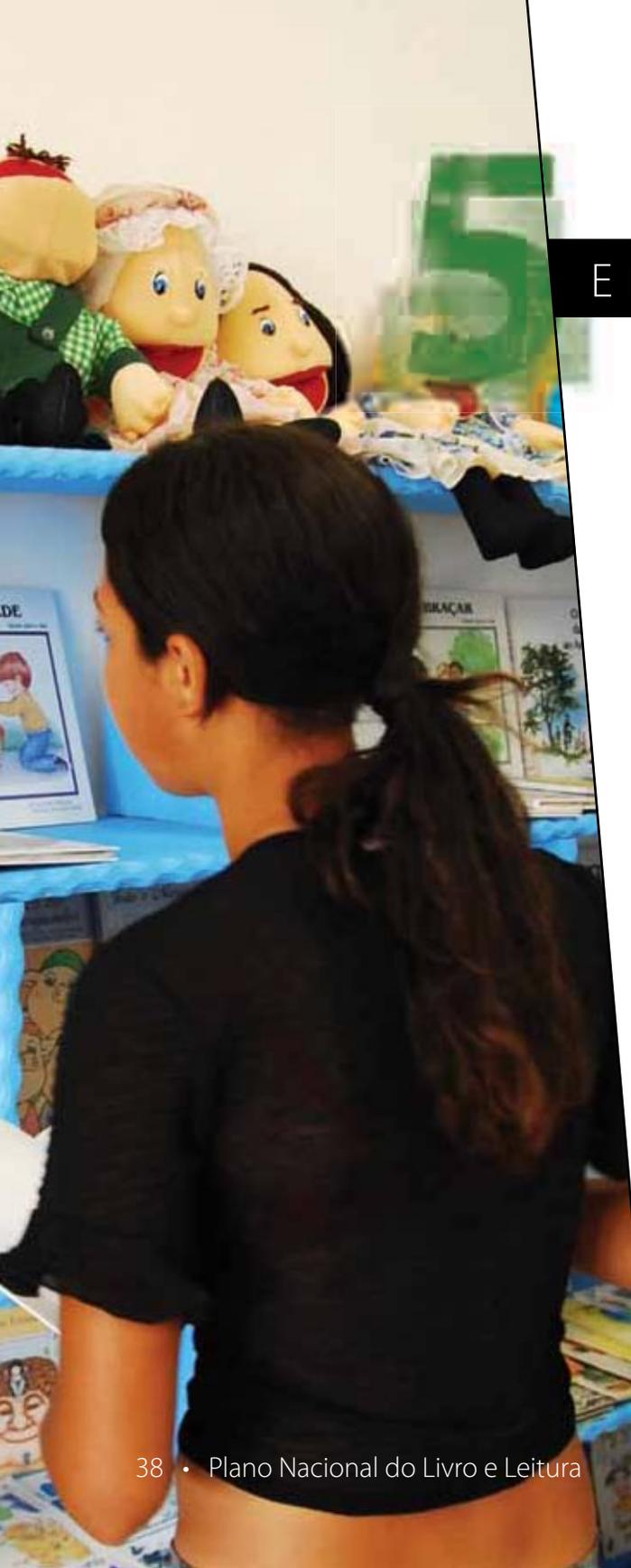
## OBJETIVOS E METAS

O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, o indivíduo exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Trata-se de intensa valorização dos caminhos abertos ao indivíduo pela cultura escrita, sem que se deixe de reconhecer e se tente apoiar e preservar a cultura oral de nosso povo. Busca-se criar condições necessárias e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Estado em suas diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil, lastreada em uma visão republicana de promoção da cidadania e inclusão social e segundo estratégias gerais para o desenvolvimento social e de construção de um projeto de nação que suponha uma organização social mais justa.

São estabelecidos aqui alguns objetivos que devem ser alcançados no curto, médio e longo prazos:

- a) Formar leitores, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;
- b) Implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios brasileiros;
- c) Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura;
- d) Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;
- e) Realização bienal de pesquisa nacional sobre leitura;
- f) Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da leitura e do livro em universidades e outros centros;
- g) Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;
- h) Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;
- i) Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento à leitura em curso no país;
- j) Identificação e cadastro contínuos dos pontos de vendas de livros e outros materiais impressos não periódicos;
- k) Elevação significativa do índice de empréstimos de livro em biblioteca (sobre o total de livros lidos no país);
- l) Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país;
- l) Elevação do número de livrarias do país;
- m) Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior;
- n) Aumento do índice per capita de livros não didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura e que possuam ao menos dez livros em casa;
- o) Estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura;
- p) Apoiar o debate e a utilização de copyrights não restritivos (copyleft e creative commons), equilibrando o direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita;
- q) Assegurar o acesso a pessoas com deficiência, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos neste Plano.



A woman with dark hair tied back, wearing a black t-shirt, is seen from the back, looking at a display of puppets and books on a shelf. The puppets are colorful and appear to be made of fabric. The books are arranged on shelves with blue decorative borders. The background is slightly blurred, showing more of the display area.

## EIXOS DE AÇÃO

No caso dos eixos e linhas de ação que são descritos a seguir, é preciso enfatizar que não se trata aqui da explicitação de um conjunto de iniciativas e ações a serem efetivamente desenvolvidas pelo Governo Federal. Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas e ações, de tal modo que o conjunto dos eixos possa servir como uma baliza clara para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza.

### **EIXO 1**

#### **DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO**

##### **1.1. Implantação de novas bibliotecas**

Implantação de novas bibliotecas de acesso público, estaduais, municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braille, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.).



### **1.2. Fortalecimento da rede atual de bibliotecas**

Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos. Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado.

### **1.3. Conquista de novos espaços de leitura**

Criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, livrarias, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças em situação de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho.

### **1.4. Distribuição de livros gratuitos**

Programas para distribuição de livros didáticos e não didáticos, não apenas para alunos e professores nas escolas, mas também para crianças, jovens e adultos inseridos em outros contextos, tais como hospitais, asilos, presídios, zona rural etc. Projetos de educação para a cidadania com livros (saúde, meio ambiente, trânsito, trabalho, juventude etc.). Distribuição de livros em cestas básicas, estádios, ginásios etc.

### **1.5. Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura**

Circuito nacional de feiras do livro. Coedições de livros em braille, livros digitais e audiolivros para atender a pessoas com deficiências, especialmente as de natureza visual. Projetos editoriais com jornais e revistas. Campanhas de doações de livros.

### **1.6. Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação**

Formulação e aprimoramento de técnicas que visem facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação. Produção e desenvolvimento de tecnologias para a preservação de acervos, ampliação e difusão de bens culturais, como livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais, entre outros. Instalação de Centros de Leitura Multimídia, voltados para a pesquisa e divulgação, em especial nas áreas da leitura e do livro.

## **EIXO 2**

### **FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES**

#### **2.1. Formação de mediadores de leitura**

Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de educadores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infantojuvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades.

#### **2.2. Projetos sociais de leitura**

Projetos para fomentar a leitura. Rodas da leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura. Atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas etc.). Projetos de formação de neoleitores jovens, adultos e idosos em diversos contextos. Mediadores de leitura e contadores de histórias, performances poéticas, rodas literárias e murais. Oficinas de criação literária para crianças e jovens. Encontro com autores. Banco de dados de projetos de estímulo à leitura, com avaliação e formatação para sua replicação. Editais de órgãos públicos e empresas estatais para apoiar projetos. Continuidade e fortalecimento do PROLER/FBN e de suas ações.

#### **2.3. Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura**

Diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro. Pesquisas sobre hábitos de leitura e consumo de

livros, bem como pesquisas qualitativas sobre a recepção dos mais variados gêneros. Investigações sobre formação de base de conhecimento e sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas com leitura. Apoio às pesquisas sobre a história do livro no Brasil, história editorial brasileira, história das bibliotecas, história das práticas sociais de leitura, história das livrarias nos núcleos universitários de pesquisa e fora da academia. Programas de financiamento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura e a publicação, com apoio de instituições oficiais e/ou da sociedade, dos resultados dessas pesquisas.

#### **2.4. Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial**

Estudos e pesquisas para conhecer a realidade das bibliotecas, das editoras, das livrarias e do consumo de livros no Brasil. Estudos sobre a cadeia produtiva do livro e projetos e programas para a política pública setorial. Levantamento de dados para apurar os números de bibliotecas, livrarias, investimentos no setor editorial brasileiro, de investimentos das políticas públicas etc. Portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área.

#### **2.5. Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura**

Concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e da literatura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola, biblioteca, comunidade, empresa etc. Prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.

## **EIXO 3**

VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO

### **3.1. Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado**

Programas governamentais de fomento à leitura (como o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura – CSLLL, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER etc). Formulação de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura (PELL e PMLL), formulação de políticas nacional, estaduais e municipais. Marcos legais (leis do livro federal, estaduais e municipais; decretos e portarias). Realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro e a leitura. Pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca pública. Estruturação da área de formulação, coordenação e execução da política setorial. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento à Leitura. Criação de grupos de apoio entre parlamentares e formadores de opinião.

### **3.2. Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura**

Campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, internet, revistas, outdoors, cinema e outras mídias. Campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre suas experiências com livros e leitura. Publicações de histórias de leitura e dicas de personalidades e pessoas anônimas da comunidade sobre livros. Campanhas de conscientização da importância da biblioteca pública.

### **3.3. Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura**

Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Resenhas em jornais e revistas com lançamentos do mercado editorial. Programas permanentes e especiais na televisão e no rádio.

## **EIXO 4**

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO

### **4.1. Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro**

Linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. Programas governamentais de aquisição que considerem toda a cadeia produtiva e os interesses das práticas sociais de leitura no país. Programas de apoio às micro e pequenas empresas. Fóruns sobre políticas do livro e da edição. Programas de formação para editores, livreiros e outros profissionais do mercado editorial. Programas para ampliação das tiragens, redução de custos e barateamento do preço do livro. Programas de apoio ao livro universitário.

### **4.2. Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura**

Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes. Livrarias em praças públicas. Livros em bancas de jornal. Programas de formação de livreiros-empresendedores. Apoio e financiamento ao setor livreiro. Programas de apoio à abertura de pontos alternativos de venda. Programas de educação continuada aos profissionais de

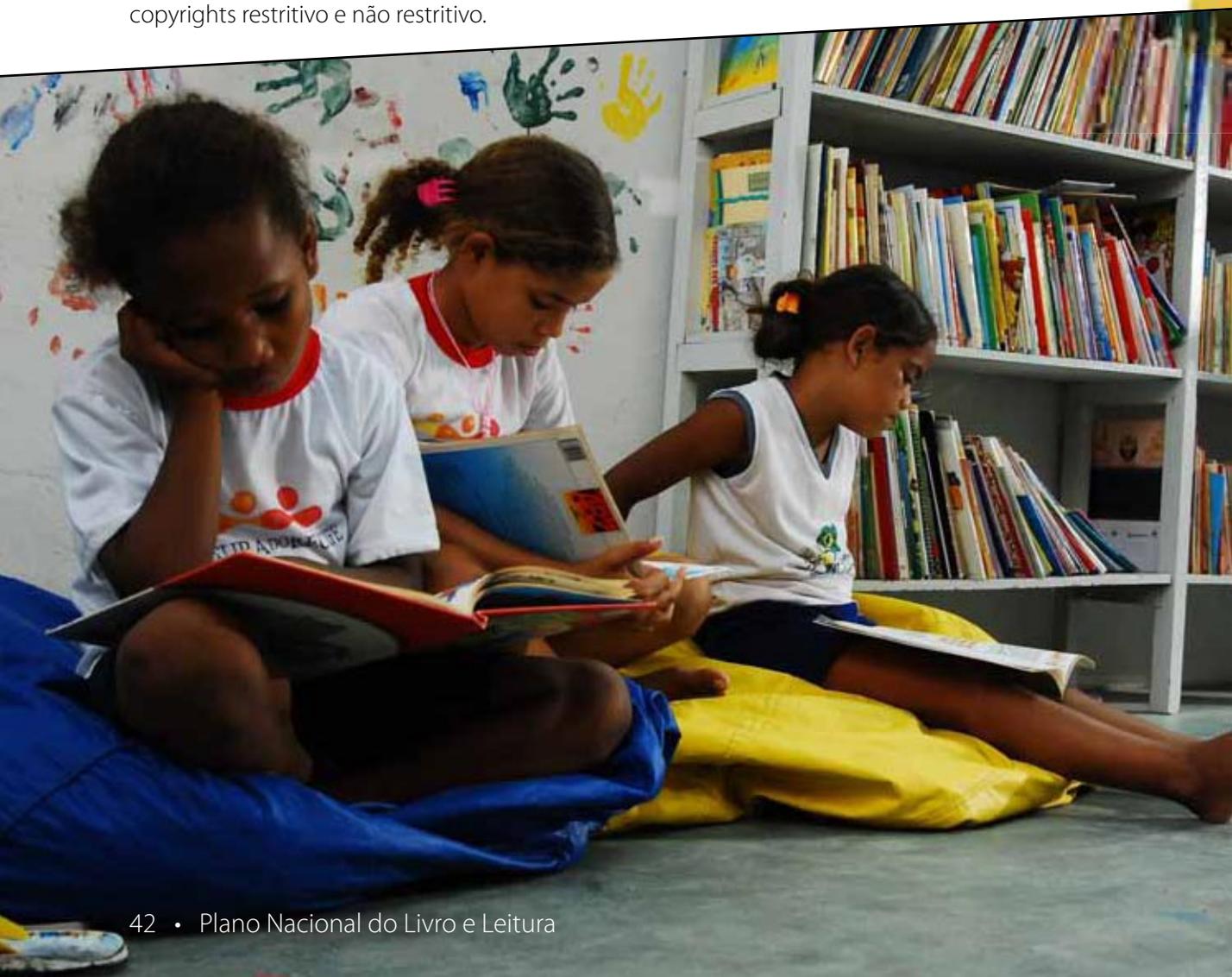
livrarias. Programas de tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.

#### **4.3. Apoio à cadeia criativa do livro**

Instituição e estímulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoiar os escritores. Apoio à circulação de escritores por escolas, bibliotecas, feiras etc. Defesa dos direitos do escritor. Apoio à publicação de novos autores. Programas de apoio à tradução. Fóruns de direitos autorais e copyrights restritivo e não restritivo.

#### **4.4. Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada**

Participação em feiras internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação.





## ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO



A lei n.º 10.753, de 30/10/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, é o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro. A regulamentação da lei permitirá a criação de instrumentos que facilitem a execução do disposto no art. 13 e suas alíneas, que incluem a articulação de diferentes instâncias e âmbitos governamentais e parcerias com o setor de criação e a cadeia produtiva do livro. A regulamentação da lei n.º 10.753 deverá apresentar o Plano Nacional do Livro e Leitura e formas possíveis para sua organização e estrutura, capazes de formular, coordenar e executar ações dessa política setorial. Para sua implantação, os ministérios da Cultura e da Educação deram o passo inicial ao editarem a Portaria Interministerial n.º 1442 de 10/08/2006, garantindo a estrutura e o marco legal

para essa fase do processo, com a criação de um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo.

O Conselho Diretivo é composto por dois representantes do Ministério da Cultura, dois representantes do Ministério da Educação, um representante dos autores, um representante dos editores de livros, um representante de especialistas em leitura. A Coordenação Executiva é composta por cinco membros, representantes do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, da Fundação Biblioteca Nacional e de entidades representativas dos bibliotecários que compõem o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura (antes Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura). O Conselho Consultivo é o próprio Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura. A coordenação dessa estrutura está a cargo de um Secretário Executivo, nomeado pelos ministros da Cultura e da Educação. Após a fase inicial de implantação, encerrada depois dos primeiros três anos, outras ações demandarão novos instrumentos legais (por-

tarias, outros decretos, leis, PECs), bem como os ajustes e a institucionalização que se façam necessários na estrutura governamental, de tal modo que seja possível enfrentar de forma adequada os novos momentos do processo desencadeado por este Plano. Distribuída em várias instâncias diretivas nas últimas administrações federais, a formulação e a ordenação de políticas públicas para o livro e a leitura requerem reflexão dentro do atual momento reformulador expresso pelo PNLL.

#### INSTÂNCIAS DIRETIVAS ATUAIS:

a) Debate/assessoria – O Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura, que integra o Conselho Nacional de Política Cultural, instituído por Portaria do Ministério da Cultura em maio de 2009, decorrente da antiga Câmara Setorial de Livro, Leitura e Literatura (instituída por decreto presidencial em agosto de 2005), é o instrumento de participação política na elaboração, monitoramento e execução de políticas públicas de livro, leitura e literatura. É o espaço de concertação para articulação, entendimentos e busca do consenso, sempre que possível, na implementação de políticas públicas. É o espaço para a sociedade civil debater, defender e legitimizar suas propostas para o setor;

b) Formulação e execução – No âmbito federal, a Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, vinculada à Secretaria de Articulação Institucional, é o órgão do Ministério da Cultura responsável por formular políticas, programas, projetos e ações de acesso, difusão, produção e fruição ao livro e à leitura. Cabe ainda à Diretoria articular com a Fundação Biblioteca Nacional/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas os programas de implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais; integrar as políticas do Ministério com o Plano Nacional do Livro e da Leitura; articular e mobilizar os entes federados e a sociedade civil em torno de leis e de planos estaduais e municipais de livro e leitura; coordenar, integrar, monitorar e avaliar as ações de livro e leitura do Programa Mais Cultura. Cabe à Fundação Biblioteca Nacional promover a difusão do livro, incentivando a criação literária nacional, no país e no exterior; atuar como centro referencial de informações bibliográficas; adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; coordenar, orientar e apoiar o



Proferir; coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para a produção e o amplo acesso ao livro, dentre outras atribuições. No âmbito do Ministério da Educação, cabe ao Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e Secretaria de Educação Especial (Seesp) executar programas do livro e apoiar programas de leitura, por meio de convênios. Ao MEC cabe dar continuidade às diversas políticas e ações que vem implementando nos últimos anos em diferentes frentes (acesso à produção científica, didática e artístico-cultural; fomento à projetos de mediação de leitura; produção de material científico, didático e artístico-cultural; pesquisa e avaliação sobre leitura e escrita, formação de mediadores de leitura; apoio à produção e distribuição de material literário para neoleitores), por meio de Instituições e Programas como o Inep (Instituto Nacio-

nal de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira); Cibec (Centro de Informação e Biblioteca em Educação); TV Escola, Portal de Periódicos da Capes; PNLD (Programa Nacional do Livro Didático); PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar); PNLDEJA (Programa Nacional do Livro Didático para EJA); Concurso Literatura para Todos; Napro (Núcleo de Atividades do Projeto Rondon); Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior); SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

Outros projetos e programas que se relacionam de forma transversal com a política setorial – caso, por exemplo, daqueles referentes à cadeia produtiva do livro, como as ações de exportação, desenvolvimento da indústria, apoio financeiro às pequenas e médias empresas, entre outros – são também desenvolvidos por outros ministérios e suas instituições vinculadas a empresas estatais.



## FINANCIAMENTO

As fontes de recursos existentes e a explorar devem abranger fundos públicos, privados e mistos. Aos recursos orçamentários vinculados a programas de leitura, livros e bibliotecas, outros podem vir a ser criados (loterias culturais, novos editais de apoio). Também é imprescindível tornar obrigatória a inclusão de rubricas orçamentárias nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Outras possibilidades são os fundos de desenvolvimento e os créditos do sistema de financiamento e fomento industrial. Algumas possíveis fontes:

- Orçamento da União (MinC/vinculadas; MEC/vinculadas; outros ministérios com ações na área);
- Orçamento da União (a partir de emendas parlamentares);
- Editais e orçamentos próprios de empresas estatais federais;
- Orçamentos dos estados (incluindo estatais e vinculadas);

- Orçamento das prefeituras (incluindo estatais e vinculadas);
- Fundo Nacional de Cultura;
- Recursos de projetos específicos provenientes dos governos (nacional, estadual e municipal), organismos internacionais, entidades, empresas e outros;
- Orçamentos das entidades paraestatais (Sistema S, Apex, ABDI etc.);
- Orçamentos de organismos internacionais (Cerlalc, Unesco, OEI, PNUD, OIT etc.);
- Orçamentos de entidades e empresas privadas;
- Orçamentos de organizações não governamentais
- Leis de incentivo à cultura/Renúncia Fiscal (Lei Rouanet, leis estaduais e municipais).

As ações e projetos inscritos no PNLL devem ser autossustentáveis por orçamentos de seus promotores, sejam eles públicos ou privados.

